



**ELO SERVIÇOS S.A.**

CNPJ nº 09.227.084/0001-75

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas, Apresentamos o Relatório de Desempenho e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre a auditoria das demonstrações financeiras.

**Visão Geral**  
A Companhia foi fundada em 2011 pelo Banco do Brasil S.A. ("Banco do Brasil"), pelo Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e pela Caixa Econômica Federal ("Caixa"), três das maiores instituições brasileiras de serviços financeiros, com a intenção de estabelecer uma alternativa local perante os principais players do mercado e digitalizar o acesso aos meios de pagamento digitais pouco explorados no Brasil. A Companhia acredita que ser detida e administrada localmente lhe confere uma capacidade única de entender as necessidades locais de seus clientes, incluindo emissores, adquirentes e titulares de cartões, e a ter maior flexibilidade para responder de forma rápida e eficaz às mudanças na dinâmica do mercado.

A Companhia gerencia um portfólio de bandeiras de cartões de débito, crédito e pré-pagos amplamente aceitas, incluindo Elo Básico, bem como um portfólio *prepaid* (Elo Mais, Elo Gratuito, Elo Nanquim e Elo Divers) para clientes pessoas físicas e jurídicas. Também fornece uma variedade de serviços de pagamento para prestar suporte a pagamentos de débito, crédito e relacionados para instituições financeiras, varejistas e *freelances*. A Companhia promove o comércio por meio da transferência de fundos e informações entre instituições financeiras, comerciantes, consumidores, empresas e entidades governamentais no setor de meios de pagamento que está em constante evolução. A Companhia é uma das empresas líderes em tecnologia de pagamento e cresce de forma acelerada no Brasil em termos de volume de transações de pagamentos (*total payment volume* ou "TPV") e número de cartões ativos.

**Prêmios e Reconhecimentos**  
- Selo de ouro 2023 GHG Protocolo recebido em agosto/24, em reconhecimento ao atendimento a todos os critérios de transparência na publicação dos dados de emissões de gases de efeito estufa da instituição com

seus inventários submetidos à auditoria por organismo de verificação acreditado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), de acordo com o PBGH;  
- Vencedora do Prêmio Reclame Aqui 2024 nos quesitos de atendimento e boas práticas na relação com os clientes na categoria "Cartões de Crédito", o mais importante reconhecimento nacional para cases de atendimento ao cliente das empresas eleitas como as melhores para o consumidor.

**Desempenho operacional**  
A receita líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 atingiu a marca de R\$ 1.703,9 milhões, apresentando uma performance 9,4% superior em comparação ao exercício de 2023, que totalizou em R\$ 1.556,9 milhões. Esse aumento refere-se principalmente a maior receita de *account fee* e serviços. Os custos de serviços prestados totalizaram R\$ 369,2 milhões, 1,3% maior se comparado com R\$ 364,6 milhões para o exercício de 2023. Essa variação se deve, principalmente, ao aumento da receita, que consequentemente aumenta os custos.

As despesas com vendas totalizaram R\$ 190,0 milhões comparado com R\$ 139,3 milhões em relação ao exercício de 2023, apresentando um aumento de 36,4%. Este avanço é explicado principalmente por maior investimento em ações de marketing em vista do lançamento da nova marca. Em contrapartida, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 334,9 milhões, representando um decréscimo de 7,4% se comparado com R\$ 361,6 milhões em relação ao exercício de 2023, justificado pela redução de gastos com terceiros e despesas corporativas.

O resultado financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 totalizou em R\$ 78,8 milhões positivos, um aumento de R\$ 29,3 milhões quando comparado com o exercício de 2023 que totalizou em R\$ 46,5 milhões positivos. Essa variação é explicada principalmente por (i) um aumento de R\$ 20,1 milhões em receitas financeiras reflexo de rendimentos dos valores aplicados em fundos e CDBs no exercício, (ii) uma redução de R\$ 9,9 milhões em despesas financeiras, diante da conclusão do pagamento referente à aquisição da Marca Elo que foi finalizado em 2023 e (iii) R\$ 2,3 milhões referente a variação cambial.

Portanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Elo registrou um lucro líquido de R\$ 593,8 milhões, representando um crescimento de R\$ 84,1 milhões em relação ao exercício de 2023.

**Relacionamento com Auditores Independentes:**  
Em consonância com a Instrução CVM nº 162/22, informamos que, durante o período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não contratou os serviços de auditoria independente da KPMG não relacionados a auditoria das demonstrações financeiras da Elo Serviços.  
A política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Para tanto, a Elo adota em sua política de contratação de auditores os seguintes princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Em adição, quando ocorre uma contratação, os serviços propostos são permitidos e estão em consonância com as regras de independência com base no seguinte: (i) as transações objeto de asseguração são identificadas e fornecidas sob responsabilidade da Administração; (ii) o Auditor independente não assume papel ativo em nenhuma organização ou elaboração das informações objeto de asseguração; (iii) o Auditor independente não faz representações em nome da Elo; (iv) os resultados da asseguração não impactarão as demonstrações financeiras da Elo e não são submetidos à própria revisão do Auditor Independente; (v) o Auditor não faz nenhum tipo de modelagem ou desenvolvimento de rotinas relacionadas as transações objeto de asseguração; e (vi) o resultado do trabalho é factual. Adicionalmente, na Elo, a contratação de serviços relacionados à auditoria externa passa pela aprovação do Comitê de Auditoria. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

A Administração

Ativo	BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023		
	Nota	2024	2023
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.048.576	508.171
Contas a receber	6	232.969	220.469
Imposto de renda e contribuição social	21	29.160	26.989
Depósitos a receber	7	15.862	15.267
Despesas antecipadas	8	60.159	51.834
Outros créditos	9	20.458	30.134
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.407.184</b>	<b>852.864</b>

<b>Não circulante</b>			
Despesas antecipadas	8	180.399	197.905
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21 b	216.072	80.852
Outros créditos	9	4.397	8.650
Imobilizado	10	11.130	13.077
Intangível	11	107.992	114.145
Direitos de uso	12,1	3.803	2.958
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>523.793</b>	<b>417.817</b>

<b>Total do ativo</b>		<b>1.930.977</b>	<b>1.270.681</b>
-----------------------	--	------------------	------------------

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023** (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social		Reserva Legal	Reserva de expansão	Outras Reservas de Lucros	Lucro dos períodos	Patrimônio Líquido	Total do
		Social	Reserva						
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>342.627</b>	<b>68.525</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>411.152</b>	<b>411.152</b>
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	509.686	509.686	509.686
Destinação do lucro líquido:									
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	(28.986)	(28.986)	(28.986)
Lucro a disposição da assembleia		-	-	-	-	-	(480.700)	(480.700)	(480.700)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>342.627</b>	<b>68.525</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>480.700</b>	<b>891.852</b>	<b>891.852</b>
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	593.784	593.784	593.784
Destinação do lucro líquido:									
Reserva para expansão		-	-	127.422	(127.422)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos		-	-	-	-	-	(29.689)	(29.689)	(29.689)
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	(353.278)	(353.278)	(353.278)
Lucro a disposição da assembleia		-	-	-	-	-	(564.095)	(564.095)	(564.095)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>342.627</b>	<b>68.525</b>	<b>127.422</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>564.095</b>	<b>1.102.669</b>	<b>1.102.669</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024** (Em milhares de Reais)

**1. Contexto operacional**

A Elo Serviços S.A. ("Companhia" ou "Elo") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil que tem como acionistas controladores a Elo Participações Ltda., a Caixa Cartões Holding S.A. e a Bradescard Elo Participações S.A. O endereço registrado do escritório da Companhia é Alameda Xingu, 512, 5º e 6º andar, Edifício "Condomínio Evolução Corporate" - Barueri, São Paulo.

A Elo Serviços é uma companhia 100% brasileira do segmento de Soluções de Pagamento criada em 2011 e tem o intuito de viabilizar a realização de pagamentos entre as diversas partes da cadeia: Consumidores, Estabelecimentos, Bancos Emissores, Credenciadores e empresas de tecnologia que fazem parte do ecossistema. Tendo seus controladores como principais emissores de cartões de débito e crédito com a bandeira Elo.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 14 de fevereiro de 2025.

**2. Base de preparação**

**a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para aplicação financeira que foi mensurada a valor justo.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas notas explicativas. As áreas que requerem maior grau de julgamento e maior complexidade e as áreas em que as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 2 (1).

**b. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos pelas taxas de câmbio da moeda funcional na data do balanço. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício de ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado. Itens não monetários que são mensurados em termos de custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas de câmbio nas datas das transações iniciais.

**c. Normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir, exceto por aquelas às quais, na avaliação da Administração, não possuem o potencial de produzir efeitos sobre as demonstrações financeiras. A Companhia não pretende fazer adoção antecipada ou que resultem impactos para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

**IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade.**

Essa norma apresenta a estrutura conceitual base para a divulgação de informações materiais sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, em toda a cadeia de valor de uma entidade. O objetivo é ajudar os principais usuários de relatórios financeiros - investidores atuais e em potencial e credores em geral da entidade, incluindo bancos - a tomar suas decisões relacionadas à alocação de recursos. No âmbito internacional, a norma passa a ter obrigatoriedade para períodos anuais de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

**IFRS S2 - Divulgações relacionadas ao clima**

Trata-se da primeira norma temática emitida pelo IASB sobre requisitos para divulgação de informações relativas a riscos e oportunidades especificamente relacionados ao clima que possam afetar suas perspectivas no curto, médio e longo prazo. A norma se baseia nos princípios abrangentes do IFRS S1 e foi criada devido à grande preocupação global em relação ao clima. No âmbito internacional, a norma passa a ter obrigatoriedade para períodos anuais de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

**IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras**

A norma busca uma padronização das demonstrações, promovendo maior transparência e comparabilidade entre empresas em diferentes países estabelecendo a necessidade de classificação de receitas e despesas em cinco "classes" específicas na demonstração do resultado, introduzindo uma decomposição mais detalhada ao categorizar receitas e despesas nos seguintes itens: i) Operacional; ii) Investimento; iii) Financiamento; iv) Tributos sobre a Renda; e v) Operações Descontinuadas. A imposição dessas categorias visa fornecer um quadro padronizado para relatar o desempenho financeiro. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada, de forma voluntária.

**Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros - Alterações às CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7**

Trata-se de atualizações de melhorias em relação à classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros tendo como base: 1) Características contingentes, incluindo aquelas relacionadas à ESG, nos fluxos de caixa de ativos financeiros e sua definição como 'exclusivamente pagamento de principal e juros'; 2) Momento do reconhecimento e desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros (pagamento eletrônico). As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026.

**Annual Improvements to IFRS Accounting Standards - Volume 11**

Trata-se de alteração das IFRSs existentes para esclarecer orientações e redações, ou para corrigir conflitos ou omissões relativamente menores. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026.

**d. Novas normas, alterações e interpretações das normas adotadas pela primeira vez para o ano iniciado em 1º de janeiro de 2024.**

As normas e alterações que passaram a vigorar a partir dos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 não produziram impactos materiais às demonstrações financeiras da Companhia, são elas: **Alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) Passivos não circulantes com cláusulas restritivas ("covenants")** O IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) de forma a melhorar as informações fornecidas por uma entidade quando o seu direito de evitar a liquidação de um passivo por meio menos doze meses está sujeito ao cumprimento de cláusulas restritivas. Em particular, as alterações visam esclarecer se tais cláusulas restritivas afetam se esse direito existe no final do período de reporte, se uma entidade for obrigada a cumprir essas cláusulas restritivas antes ou no final do período de reporte e exigir a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco de que os passivos possam ser antecipados dentro de doze meses após o período de reporte, incluindo o valor contábil e a natureza das cláusulas restritivas e quando a entidade é obrigada a cumpri-las e, fatos e circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode ter dificuldade em cumprir com tais cláusulas restritivas.

**Alterações ao IFRS 16 (CPC 06 (R2)) Passivos de arrendamento e retroarrendamento ("leaseback")** O IASB modificou as informações emitidas ao IFRS 16 (CPC 06 (R2)) para adicionar requisitos de mensuração subsequente para que satisfaçam os requisitos do IFRS 15 (CPC 47) para serem contabilizadas como uma venda. As alterações exigem que um vendedor-lessee subsequentemente mensure os passivos de arrendamento decorrentes de uma relocação de forma que não reconheça qualquer valor de ganho ou perda relacionado ao direito de uso que retém.

**Alterações ao IFRS 7 (CPC 40 (R1)) e IAS 7 (CPC 03 (R2)) Acordos de financiamento de fornecedores risco sacado** O IASB emitiu as alterações às IFRS 7 e IAS 7 de forma a requerer que a entidade divulgue informações adicionais sobre os acordos de financiamento de fornecedores que permita aos usuários avaliar os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da entidade e na exposição da entidade ao risco de liquidez. Essas divulgações adicionais requeridas incluíam: (a) os termos e as condições dos acordos (por exemplo, prazos de pagamento estendidos e cauções ou garantias fornecidas); (b) no início e no encerramento do período de reporte; (i) os valores contábeis, e rubricas associadas, dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; (ii) os valores contábeis, e rubricas associadas, dos passivos financeiros divulgados para os quais os fornecedores já receberam o pagamento dos financiadores; e (iii) a faixa de datas de vencimento tanto dos passivos financeiros divulgados de acordo com (i), como das contas a pagar a fornecedores comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; e (c) o tipo e o efeito de alterações não caixa nos valores contábeis dos passivos financeiros.

**e. Demonstração do valor adicionado**

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pela IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

**Uso de estimativas e julgamentos**

As informações e julgamentos contábeis são constantemente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes nos critérios de determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. As revisões de estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm os efeitos mais significativos sobre os valores reconhecidos prospectivamente estão apresentadas a seguir:

**(I) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis. Esta é uma área que requer julgamento por parte da Administração na determinação de estimativas quanto à capacidade de geração de lucros tributáveis futuros, com base em projeções elaboradas e com base em premissas internas e cenários de lucros futuros que possam sofrer alterações. Essas projeções são periodicamente revisadas e aprovadas pela administração.

**(II) Provisões para processos judiciais trabalhistas, cíveis e tributários:** A Companhia possui processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento. Com isso, a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis e as decisões judiciais mais

**Passivo e Patrimônio Líquido**

	Nota	2024	2023
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		33.310	14.321
Salários e encargos	13	79.468	65.806
Imposto de renda e contribuição social	21	8.006	13.325
Impostos a receber	14	29.330	33.933
Provisões para contingências	15,1	6.883	4.990
Dividendos propostos	20,c	29.689	-
Passivo de arrendamento	12,2	1.897	3.338
Incentivos	17	489.679	110.253
Receita diferida	18	22.569	31.246
Outras contas a pagar	19	79.473	62.536
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>780.304</b>	<b>339.748</b>

<b>Não circulante</b>			
Salários e encargos	13	26.119	19.862
Passivo de arrendamento	12,2	1.929	17
Provisões para contingências	15,1	19.956	19.202
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>48.004</b>	<b>39.081</b>

**Patrimônio líquido**

Capital social	20,a	342.627	342.627
Reserva legal	20,b	68.525	68.525
Reserva de expansão	20,b	127.422	-
Reserva de lucros	20,b	564.095	480.700
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.102.669</b>	<b>891.852</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.930.977</b>	<b>1.270.681</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023** (Em milhares de Reais, Exceto o Lucro Líquido por Ação)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	22	1.703.997	1.556.891
Custo dos serviços prestados	23	(369.242)	(364.642)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>1.334.755</b>	<b>1.192.249</b>
Despesas com vendas	23	(189.879)	(139.276)
Despesas gerais e administrativas	23	(334.911)	(361.530)
Outras receitas / (despesas) líquidas		(2.188)	2.068
<b>Lucro antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>807.679</b>	<b>693.451</b>
Receitas financeiras	24	85.500	65.355
Despesas financeiras	24	(8.231)	(18.121)
Resultado com variação cambial	24	1.581	(722)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>78.850</b>	<b>46.512</b>

**Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social**

Imposto de renda e contribuição social	21,a	(427.965)	(236.149)
Diferidos	21,a	135.220	5.872
<b>Resultado por ação</b>		<b>593.784</b>	<b>509.686</b>

**Lucro líquido do período**

Resultado por ação	20,d	0,24	0,20
--------------------	------	------	------

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023** (Em milhares de Reais)

	2024	2023
Outros resultados abrangentes	593.784	509.686
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>593.784</b>	<b>509.686</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023** (Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
--	------	------	------

**Fluxo de caixa das atividades operacionais**

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		886.529	739.963
--	--	---------	---------

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ELO SERVIÇOS S.A. PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024** (Em milhares de Reais)

→ continuação

**- Participação nos lucros:** a Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o atingimento das metas definidas pela Presidência e/ou Conselho de Administração. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (contractive obligation).

**- Bônus de longo prazo:** a Companhia possui uma política de remuneração de longo prazo para os diretores e superintendentes que tem como objetivo direcionar as ações dos Administradores ao cumprimento dos objetivos estratégicos da Companhia, visando atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais stakeholders. A remuneração terá seu valor definido em função do atingimento de metas acordadas com o Conselho de Administração.

**g. Imposto de renda e contribuição social**  
O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

**Imposto corrente**  
O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste as despesas a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substitivamente decretadas na data do balanço.

**(ii) Imposto diferido**  
O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. De acordo com a legislação tributária brasileira, a compensação de prejuízos pode ser utilizada para compensar até 30% do lucro tributável do exercício e não tem prazo de validade.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar as diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substitivamente decretadas até a data do balanço.

O valor contábil dos ativos de impostos diferidos é revisado a cada data de apresentação e um ativo de imposto diferido é reconhecido na extensão em que seja provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo ou parte dos impostos diferidos ativos sejam utilizados. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados a cada data de apresentação e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua utilização.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados pelo valor líquido quando há direito legal ou contratualmente exigível de compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal, e os impostos diferidos estão relacionados à mesma entidade tributável e sujeitos à mesma autoridade fiscal.

**h. Ativos contingentes e provisão para processos judiciais**

**- Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

**- Provisão para contingências:** são classificadas como provisão para contingências prováveis, quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, é provável uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. As provisões para contingências classificadas como de perda possíveis, não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

**i. Despesas antecipadas**

Despesas antecipadas são aplicações em gastos que tenham realização no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial.

Devem ser contabilizados nesta conta os valores pagos antecipadamente, tais como os prêmios de seguro, assinatura de periódicos, contratos de manutenção e licenças, campanhas por um período determinado, incentivos comerciais para promover o fortalecimento da Marca Institucional Elo, entre outros valores correlatos sempre que forem pagos antecipadamente.

**j. Reconhecimento de receita**

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de incentivos, descontos comerciais e outros deduzidos similares.

Todas as receitas da Companhia, observam o modelo de 5 etapas para o reconhecimento, conforme descrito abaixo:

- Etapa 1: Identificação do contrato;
- Etapa 2: Identificação das obrigações de desempenho;
- Etapa 3: Alocação do preço da transação;
- Etapa 4: Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho;
- Etapa 5: Reconhecimento da receita

Desta forma, a Companhia classifica suas receitas em dois tipos: transacionais e receita de serviços.

**A receita transacional** é gerada em transações nacionais e internacionais por meio da cobrança de tarifas dos emissores de cartões e adquirentes com base na quantidade de transações e, principalmente, nos valores do volume transacionado. A receita transacional é registrada em um momento específico, pois o serviço é prestado quando uma compra é gerada em cartões ou outros dispositivos que carregam a bandeira da Companhia.

**As receitas de serviços** incluem serviços de valor agregado para suportar os clientes. Esses serviços incluem tarifas antifraude, tarifas de conectividade, tarifas de consultoria e outras taxas de serviços. O reconhecimento da receita de serviços é registrado quando o serviço é prestado ou disponibilizado ao cliente ou no período em que ocorrem as operações de pagamento envolvendo o serviço específico.

**Incentivos** são acordos comerciais com parceiros estratégicos para promover o fortalecimento da Marca Institucional Elo, incluindo campanhas, ativação, uso e preferência do cartão Elo. Os acordos oferecem descontos e incentivos financeiros quando os clientes atingem determinados níveis de volume de transações ou número de novos cartões ativos, além de outros incentivos de suporte, que estão vinculados ao desempenho do cliente. Diferentes fatores são considerados para estimular o desempenho do cliente, incluindo transações realizadas, emissão de cartões e volumes de conversão de cartões como prioridade. Esses tipos de incentivos são registrados como reduções da receita e são reconhecidos pelo prazo contratual. O reconhecimento dos incentivos variáveis é feito de acordo com a geração de volumes transacionado ou cartões para o mês de referência. Além disso, existem outros tipos de incentivos que não estão alinhados com a geração de volume, como incentivos para desenvolvimento técnico, acordos comerciais e marketing.

A contabilização dos incentivos variáveis é realizada por meio de cláusulas contratuais que variam de acordo com cada contrato e é registrada como redução da receita na demonstração do resultado.

**k. Arrendamento mercantil**

A Companhia possui arrendamento de seu escritório e equipamentos. Contratos de aluguel são normalmente fixados em períodos entre 1 e 6 anos, mas podem conter cláusulas com possibilidade de extensão.

Em um mesmo contrato podem existir itens que sejam arrendados e itens não arrendados. A Companhia faz as alocações contábeis de acordo com os preços unitários de cada componente levando em consideração o que é arrendamento e o que não é. No entanto, para arrendamentos de imóveis para os quais a Companhia é arrendatária, a Companhia optou por não separar os componentes de arrendamento e os não arrendamentos e, em vez disso, contabilizá-los como um único componente de arrendamento.

Os termos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm diferentes condições. Os contratos de arrendamento não impõem outras cláusulas além das garantias sobre os ativos arrendados que são detidos pelo arrendador. Os ativos arrendados não podem ser usados como garantia para fins de empréstimo.

**Passivos de arrendamentos**

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem efetuados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa e valores que se espera que sejam pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que ocorre o evento ou condição que desencadeia o pagamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa de empréstimo incremental na data de início do arrendamento se a taxa de juros implícita no arrendamento não for prontamente determinável. Após a data de início, o valor dos passivos de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é reduzido quando há uma modificação, alteração no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos fixos de arrendamento em substância ou uma mudança na avaliação para comprar o ativo subjacente.

Para determinar a taxa de empréstimo incremental, a Companhia:

- sempre que possível, usa financiamentos de terceiros recentes recebidos pelo arrendatário como ponto de partida, ajustado para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que o financiamento de terceiros foi recebido;
- usa uma abordagem de acumulação que começa com uma taxa de juros livre de risco ajustada pelo risco de crédito quando o arrendatário individual não possui financiamento recente de terceiros; e
- faz ajustes específicos para o arrendamento, por exemplo: prazo, país, moeda etc.

A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos variáveis de arrendamento com base em um índice ou taxa, que não são incluídos no passivo de arrendamento até que entrem em vigor. Quando os ajustes nos pagamentos de arrendamento com base em um índice ou taxa estão em vigor, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado contra o ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamento são alocados entre principal e custo financeiro. A despesa financeira é debitada ao resultado durante o período do arrendamento de forma a produzir uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

**Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor**

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo para seus arrendamentos de propriedades de curto prazo (ou seja, aqueles arrendamentos que têm um prazo de arrendamento de 12 meses ou menos a partir da data de início e não contêm uma opção de compra). Também aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de ativos de baixo valor para arrendamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

**Ativo de direito de uso**

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, a data em que o ativo está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remuneração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento feitos na data de início ou antes, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. A menos que a Companhia esteja razoavelmente certa de obter a propriedade do ativo arrendado ao final do prazo do arrendamento, os ativos de direito de uso reconhecidos são depreciados linearmente pelo menor entre sua vida útil estimada e o prazo do arrendamento. Os ativos de direito de uso estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

**4. Informações por segmento**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de forma consistente com os relatórios internos fornecidos aos principais tomadores de decisões operacionais, sendo a Diretoria Executiva composta por 5 diretores estatutários no fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, sendo um deles o Diretor Presidente (CEO). As decisões da Diretoria Executiva são tomadas por maioria de votos, com bases nas políticas e diretrizes aprovadas junto ao Conselho de Administração.

Um segmento de negócio é um componente identificável da Companhia, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Considerando que todas as decisões são baseadas em relatórios consolidados, e que todas as decisões relacionadas a planejamento estratégico e financeiro, compras, investimentos e alocação de recursos são feitos de forma consolidada, a Companhia atua em um único segmento, como agente de serviços financeiros, sendo que sua principal receita está relacionada às vendas para o mercado interno.

O volume das transações do mercado nacional representou 99,86% e 99,89% para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, respectivamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui cinco clientes que, individualmente, representaram mais de 10% da receita líquida e juntos representaram aproximadamente 65% da receita líquida (em dezembro de 2023 eram cinco clientes que representavam mais de 10% da receita líquida e juntos eram aproximadamente 70% da receita líquida).

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	2024	2023
Moeda nacional	30.690	18.658
Moeda estrangeira (a)	7.128	1.094
Fundos de investimentos (b) (d)	900.006	330.403
Certificado de depósito bancário - CDB (c) (d)	110.752	158.016
	<b>1.048.576</b>	<b>508.171</b>

(a) Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX publicada no último dia útil do mês pelo Banco Central do Brasil.

(b) As aplicações com fundos de investimentos não exclusivos são administradas pelo Banco Bradesco S.A., BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Caixa Econômica Federal, e possuem liquidez diária. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo.

(c) As aplicações em certificados de depósitos bancários (CDB) estão classificadas no curto prazo, uma vez que foram efetuadas com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e apresentar liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate remunerados ao Certificado de Depósito Interbancário Brasileiro (CDB). Os valores contabilizados não diferem dos valores de mercado.

(d) Os fundos de investimentos são classificados de acordo com o tipo de ativo subjacente (nota 25.2). Os rendimentos obtidos em depósitos de curto prazo em transações com partes relacionadas, são descritos na Nota 16.

**6. Contas a receber**

	2024	2023
Fee Elo - Credenciadores (a)	138.286	138.452
Fee Elo - Emissores (b)	86.011	82.241
Outras contas a receber	9.005	1.844
PECLD (c)	(335)	(628)
	<b>232.967</b>	<b>220.469</b>

(a) Valores referente ao Fee da bandeira com o credenciador, que é gerado sobre as transações de compras nos cartões ou outros dispositivos que carregam a marca da Companhia. O cálculo é feito com base na quantidade e no valor das transações. Este valor é registrado no momento de processamento das transações financeiras.

(b) Valores referente ao Fee da bandeira com o emissor, que é gerado sobre as transações de compras nos cartões ou outros dispositivos que carregam a marca da Companhia. O cálculo é feito com base na quantidade e no valor das transações. Este valor é registrado mensalmente dentro do mês de competência em que ocorre o processamento das transações financeiras.

(c) A Companhia reconhece provisão de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD) no contas a receber, considerando a capacidade de recebimento da contraparte.

**7. Impostos a recuperar**

	2024	2023
Crédito de PIS (a)	2.143	2.005
Crédito de COFINS (a)	9.872	9.241
Outros	3.847	4.021
	<b>15.862</b>	<b>15.267</b>

(a) Valores referente ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição Social Pagas as Receitas (COFINS) recuperável em atividades de transação, estabelecido pela Lei 10.637/2002.

**8. Despesas antecipadas**

	2024	2023
Incentivos (a)	216.451	236.074
Software e aplicativos (b)	18.198	11.842
Campanhas de marketing geral (c)	2.361	4.096
Serviços profissionais (d)	3.568	2.822
	<b>240.588</b>	<b>249.739</b>

Circulante  
Não circulante  
(a) Valores referente a pagamentos efetuados para clientes no âmbito de acordos comerciais, os quais são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os termos dos respectivos contratos.  
(b) Valores referentes a pagamento de manutenção de licenças e softwares.  
(c) Valores referentes a pagamento de campanhas de marketing, mídia, eventos e patrocinios.  
(d) Valores referentes a pagamento de serviços profissionais de terceiros.

**9. Outros créditos**

	2024	2023
Adiantamentos Transacionais (a)	14.379	16.598
Adiantamento a funcionários	3.317	8.873
Outros adiantamentos a fornecedores	3.199	5.003
Depósitos judiciais (b)	62	5.492
Depósitos garantias (c)	3.898	3.048
	<b>24.855</b>	<b>38.984</b>

Circulante  
Não circulante  
(a) Valores referentes a serviços de saque com o objetivo de manter a movimentação financeira em caixas eletrônicas. Esta transação gera receitas que são incluídas na Receita bruta, substancialmente, com serviços apresentados na nota 22.  
(b) Encerramento de processo que controlou débito de PIS e COFINS que seguiram com a exigibilidade suspensa, no qual, aferiu-se que os depósitos foram integralmente transformados em pagamento definitivo em favor da União, ocorrendo, assim, a extinção do crédito tributário aqui controlado.  
(c) Em abril de 2016, a Companhia iniciou uma parceria com a DFS Services LLC ("Discover") com o objetivo de garantir o processamento de todas as transações no exterior. Este saldo é referente a garantia para operação internacional.

**10. Imobilizado**

Descrição	Taxa depreciação (a.a.)		Adições(a)		2024
	2023	2024	2023	2024	
<b>Custo</b>					
Instalações	10% a.a.	3.817	–	3.817	
Móveis e equipamentos de uso	10% a.a.	2.859	3	2.862	
Equipamentos de comunicação	20% a.a.	4.070	–	4.070	
Equipamentos de processamento de dados	20% a.a.	23.867	2.582	26.449	
Outras imobilizações	20% a.a.	3.087	–	3.087	
<b>Total</b>		<b>37.700</b>	<b>2.585</b>	<b>40.285</b>	

**Depreciação**  
Instalações 10% a.a. (2.858) (422) (3.280)  
Móveis e equipamentos de uso 10% a.a. (1.948) (278) (2.224)  
Equipamentos de comunicação 20% a.a. (2.651) (639) (3.190)  
Equipamentos de processamento de dados 20% a.a. (14.382) (3.064) (17.446)  
Outras imobilizações 20% a.a. (2.754) (261) (3.015)  
**Total (24.593) (4.562) (29.155)**

**Total imobilizado, líquido**  
**13.107 (1.977) 11.130**  
a) Valores referente a aquisição de equipamentos de informática e processamento de dados e demais aquisições

Descrição	Taxa depreciação (a.a.)		Adições		Baixas	2023
	2022	2023	2022	2023		
<b>Custo</b>						
Instalações	10% a.a.	3.827	–	(10)	3.817	
Móveis e equipamentos de uso	10% a.a.	2.859	–	–	2.859	
Equipamentos de comunicação	20% a.a.	4.077	–	(7)	4.070	
Equipamentos de processamento de dados	20% a.a.	20.510	3.357	–	23.867	
Outras imobilizações	20% a.a.	3.087	–	–	3.087	
<b>Total</b>		<b>34.360</b>	<b>3.357</b>	<b>(17)</b>	<b>37.700</b>	

**Depreciação**  
Instalações 10% a.a. (2.442) (422) 6 (2.858)  
Móveis e equipamentos de uso 10% a.a. (1.666) (282) – (1.948)  
Equipamentos de comunicação 20% a.a. (2.067) (591) 7 (2.651)  
Equipamentos de processamento de dados 20% a.a. (10.677) (3.705) – (14.382)  
Outras imobilizações 20% a.a. (2.358) (395) – (2.754)  
**Total (19.211) (5.395) 13 (24.593)**

**Total imobilizado, líquido**  
**15.149 (2.038) (4) 13.107**  
Não ocorreram transferências nos ativos imobilizados durante os períodos apresentados.

**11. Intangível**

Descrição	Taxa amortização (a.a.)		Adições		Transferência	2024
	2023	2024	2023	2024		
<b>Custo</b>						
Software e aplicativos	20% a.a.	196.322	978	–	197.300	
Projetos corporativos		1.412	25.202	–	26.614	
Software corporativos		8.070	–	–	8.070	
<b>Total</b>		<b>205.804</b>	<b>26.180</b>	–	<b>231.984</b>	

**Amortização**  
Software e aplicativos 20% a.a. (90.229) (30.228) – (120.457)  
Software corporativos (1.430) (2.105) – (3.535)  
**Total (91.659) (32.333) – (123.992)**

**Total intangível, líquido**  
**114.145 (6.153) – 107.992**

Descrição	Taxa amortização (a.a.)		Adições		Transferência	2023
	2022	2023	2022	2023		
<b>Custo</b>						
Software e aplicativos		193.650	550	2.122	196.322	
Projetos corporativos		6.428	5.176	(10.192)	1.412	
Software corporativos		200.078	5.726	8.070	8.070	
<b>Total</b>		<b>400.156</b>	<b>5.652</b>	<b>1.000</b>	<b>414.822</b>	

**Amortização**  
Software e aplicativos (59.622) (30.607) – (90.229)  
Software corporativos – (1.430) – (1.430)  
**Total (59.622) (32.037) – (91.659)**

**Total intangível, líquido**  
**140.456 (26.311) – 114.145**  
Não ocorreram baixas nos ativos intangíveis durante os períodos apresentados.

**12. Direito de uso - Ativo e Passivo de arrendamento**

Os arrendamentos da Companhia que estão dentro do escopo do IFRS16 são:  
- Locação do edifício onde a sede está localizada, cujo prazo contratual é de 2 anos.  
- Computadores e equipamentos de TI. Os contratos têm prazo de até 3 anos.  
As vidas úteis aplicadas referem-se ao prazo dos respectivos contratos de arrendamento estabelecido entre a Companhia e o arrendatário.

**12.1 - Direitos de uso**  
As movimentações dos saldos dos ativos de direito de uso são apresentadas a seguir:

	2024	2023
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>6.216</b>	<b>17</b>
Aquisições	327	–
Depreciações	(3.585)	–
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>2.958</b>	<b>3.952</b>
Aquisições	3.952	–
Depreciações	(3.107)	–
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>3.803</b>	<b>3.952</b>

**12.2 - Passivos de arrendamento**

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas a seguir:

	2024	2023
<b>Saldo em 01 de janeiro</b>	<b>3.355</b>	<b>7.072</b>
Juros provisionados	153	336

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ELO SERVIÇOS S.A. PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais)

→ continuação

21. Imposto de renda e contribuição social

a. Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social  
A seguir está demonstrada a taxa efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e dedução das participações no resultado	886.529	739.963
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	301.420	251.587
Efeito no cálculo dos tributos:		
Benefícios fiscais dos juros sobre capital próprio	-	(9.855)
Incentivos fiscais	(13.526)	(11.187)
Despesas não dedutíveis e outros	4.851	(268)
Imposto de renda e contribuição social	292.745	230.277
Impostos correntes	427.965	236.149
Impostos diferidos	(135.220)	(5.872)
Alíquota efetiva	33,0%	31,1%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	29.160	26.989
Provisão de Imposto de Renda	4.139	4.409
Provisão de Contribuição Social	25.021	22.580
Imposto de renda e contribuição social a recolher	8.006	13.325
Provisão de Imposto de Renda	2.664	7.068
Provisão de Contribuição Social	5.342	6.257

b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos  
Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente inaduetíveis, e estão classificadas no ativo não circulante, de acordo com a expectativa de realização do crédito tributário. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil.

Descrição dos créditos diferidos	Saldo em Consti-		Reali-		Saldo em	
	31/12/2022	tuição	zação	31/12/2023	Consti-	Reali-
Provisão para processos judiciais						
fiscais, civis e trabalhistas	5.752	2.943 (470)	8.225	3.560 (2.660)	9.125	10.581
Provisão para participação nos lucros	14.225	2.914 (559)	16.580	14.676 (10.675)	20.581	20.581
Provisão para incentivos de clientes	9.371	1.012 (32)	10.351	271.672 (145.655)	136.368	136.368
Provisão para licença de uso, marketing e outras despesas gerais	12.482	6.227 (4.446)	14.263	83.740 (86.021)	11.982	11.982
Provisão para processamento e serviços	9.580	203 (1.500)	8.283	101.636 (94.473)	15.446	15.446
Provisão para incentivos	21.669	- (4.932)	16.737	15.252 (8.276)	23.713	23.713
Provisão para imposto sobre receita	513	- (148)	365	11.926 (1.336)	957	957
Recicla diferida	6.855	9.588 (5.819)	10.624	374 (3.324)	7.674	7.674
Total do ativo	80.447	22.887 (17.906)	85.428	502.838 (364.420)	225.846	225.846
Provisão de receitas	(4.168)	- 926	(3.242)	(106.026)	100.764	(8.504)
Provisão para depósitos judiciais	(299)	(167) -	(466)	(60) -	(526)	(526)
Outros	(1.000)	(1.084) 1.216	(868)	(1.236)	1.360	(744)
Total do passivo	(5.467)	(1.251) 2.142	(4.576)	(107.322)	(102.294)	(9.774)
Total líquido dos impostos diferidos	74.980	21.366 (15.764)	80.852	395.516	206.216	216.072

c. Previsão de realização dos créditos tributários

Abaixo, segue a expectativa de crédito tributário por exercício:

	2024
Expectativa de realização	205.601
2025	10.471
Total	216.072

22. Receita operacional líquida

	2024	2023
Receita bruta transacional (a)	2.436.027	1.964.705
Receita bruta com serviços	113.650	104.179
Impostos s/ faturamento (ISS, PIS COFINS)	(291.533)	(235.798)
Incentivos (b)	(554.147)	(276.195)
Receita líquida	1.703.997	1.556.891
Receita transacional líquida	1.603.133	1.464.432
Receita de serviço líquido	100.864	92.459

(a) O aumento no período está relacionado ao maior preço praticado com partes relacionadas, devido à ausência, no período de janeiro a julho de 2024, de contrato de incentivos com partes relacionadas.  
(b) O aumento no período se refere à concessão de incentivos com partes relacionadas em dezembro de 2024, também em razão da compensação da precificação praticada de janeiro a julho de 2024.

23. Custos e despesas por natureza

	2024	2023
Processamento e Serviços (a)	(343.690)	(338.382)
Despesas com Pessoal (b)	(302.807)	(281.038)
Marketing e Publicidade (c)	(134.721)	(90.891)
Serviços de Terceiros (d)	(82.118)	(78.164)
Despesas Corporativas (e)	(34.632)	(66.535)
Depreciação e Amortização	(40.001)	(41.018)
Outros	253	(9.650)
Créditos Tributários (f)	43.584	40.170
	(894.132)	(865.508)

Classificado em:  
Custo dos serviços prestados (369.242) (364.642)  
Despesas com vendas (189.979) (139.276)  
Despesas gerais e administrativas (334.911) (361.590)  
(894.132) (869.508)

(a) Custos relacionados com transações, serviços com cliente e benefícios de cartões de crédito.  
(b) Despesas com salários, treinamento, benefícios e encargos. Em relação às despesas com benefícios, estão incluídos os gastos com participação nos lucros e benefício de pensão.  
(c) Substancialmente despesas com campanhas de marketing, mídia, eventos e patrocinios.  
(d) Gastos com serviços de consultoria, jurídicos e de auditoria.  
(e) Despesas com instalações, viagem, serviços de suporte, materiais de escritório e outros.  
(f) Valores relativos à recuperação da contribuição do PIS e da COFINS sobre os custos dos serviços prestados, instituída pela Lei nº 10.637/2002.

24. Resultado financeiro

	2024	2023
Aplicações financeiras	79.971	61.650
Atualização monetária sobre impostos a recuperar	5.273	1.568
Atualização monetária	-	2.082
Outras receitas	256	55
Total de receitas financeiras	85.500	65.355
Despesas bancárias	(41.129)	(3.094)
Juros, atualizações monetárias e multas (a)	(1.874)	(1.677)
Descontos concedidos	(1.536)	(13.014)
Juros de arrendamentos	(539)	-
Juros de arrendamentos	(153)	(336)
Total de despesas financeiras	(8.231)	(18.121)
Resultado com variação cambial	1.581	(722)
Resultado financeiro	78.850	46.512

(a) A redução das despesas com juros é referente ao pagamento em 2023 da última parcela da Marca - Veja NE 16 - (d)

25. Gerenciamento de risco

25.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e risco de mercado. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro de suas operações.

A gestão de Risco da Companhia é realizada seguindo o modelo de três linhas de defesa para implantação e monitoramento do sistema de controles internos, sendo a primeira linha de defesa formada pelas áreas de negócio, principais responsáveis pelo gerenciamento dos riscos, processos, sistemas e controles sob sua gestão; a segunda linha de defesa contempla atividades desempenhadas pelas áreas de governança do ambiente de controles, desenvolvidas pelo Diretoria de Segurança da Informação, Compliance, Riscos, Ouvidoria e Canal de Ética; a terceira linha é composta pela auditoria interna que tem como principal responsabilidade monitorar e avaliar os controles internos e procedimentos estabelecidos pelos administradores, e se reporta diretamente ao Conselho de Administração por intermédio do Comitê de Auditoria.

25.1.1 Risco de liquidez

É o risco em cumprir as obrigações associadas aos passivos financeiros no momento do vencimento deverão ser liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro suficientes.

A abordagem da administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inevitáveis.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerenciado pela Tesouraria. Na data do balanço, a Companhia mantém aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) de R\$ 110.752 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 158.016), fundos de investimento em renda fixa de R\$ 900.006 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 330.403) e outros ativos líquidos de R\$ 37.818 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 19.752) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	2024				Total
	3 meses ou menos	3-12 meses	1-3 anos	Mais que 3 anos	
Fornecedores	33.310	-	-	-	33.310
Dividendos propostos	29.689	-	-	-	29.689
Outras contas a pagar	79.473	-	-	-	79.473
Incentivos	489.679	-	-	-	489.679
Passivo de arrendamento	474	1.423	1.929	-	3.826
Passivos financeiros	632.625	1.423	1.929	-	635.977

	2023				Total
	3 meses ou menos	3-12 meses	1-3 anos	Mais que 3 anos	
Fornecedores	14.321	-	-	-	14.321
Outras contas a pagar	62.536	-	-	-	62.536
Incentivos	110.253	-	-	-	110.253
Passivo de arrendamento	835	2.503	17	-	3.355
Passivos financeiros	187.945	2.503	17	-	190.465

25.1.2 Risco de Crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito do contas a receber em aberto.

O risco de crédito é administrado pela Companhia, tal como por meio da exigência de apresentação, por suas contrapartes, de garantias contratuais. Para bancos e outras instituições financeiras, os fundos de investimentos classificados como "crédito livre" deverão ser compostos por ativos com rating BBB ou superior, na data de aquisição do ativo.

Risco de Crédito - Risco Emissor e Credenciador

É o risco de incorrer em perdas financeiras caso um participante do arranjo não cumpra com o compromisso contratual referente à troca de fluxos de caixa entre os Participantes dos Arranjos de Pagamento Elo ao longo da cadeia de pagamentos do arranjo. O Emissor incorrerá em risco de crédito em razão do não pagamento da Transação de Pagamento pelo Usuário no prazo comercialmente estabelecido nas modalidades pós-paga e pré-pago, o Credenciador incorrerá em risco de crédito quando este não conseguir honrar com a entrega dos recursos para o Estabelecimento Comercial ou Subcredenciador, referentes a Transações de Pagamento Diferidas.

Na hipótese de o Emissor ou o Credenciador inadimplirem o pagamento de suas obrigações junto aos usuários finais recebedores, a Elo incorrerá em risco de crédito e acionará as garantias aportadas pelos Participantes, nos termos do Regulamento e da Política de Risco de Liquidação.

A Elo utiliza como instrumentos para gerenciamento do risco de crédito o aporte de garantias pelos Participantes (Emissor e Credenciador) por meio da aplicação de seu modelo de gestão de risco de crédito, da utilização de informações de bureau de crédito e de agências de rating de forma a acompanhar a saúde financeira de seus Participantes.

Para avaliação/classificação de risco dos Participantes, a Elo utiliza um modelo matemático de análise de risco que consideram indicadores financeiros de cada empresa, participante dos arranjos de pagamentos da Companhia, quais sejam: (i) estrutura de capital; (ii) liquidez; (iii) cobertura de passivos de terceiros; (iv) índice de porte; e (v) rentabilidade e performance. Além disso, há aspectos qualitativos relacionados a questões operacionais da empresa, em que a identificação da existência de procedimentos internos contribui para a melhoria da classificação. O processo está em conformidade com métodos de avaliação de riscos reconhecidos no mercado financeiro como aptos às finalidades propostas, tendo sido apresentado recentemente ao Banco Central do Brasil no âmbito do processo de aprovação dos Arranjos de Pagamento Elo.

Por fim, a metodologia de aferição das garantias requeridas dos participantes pela Elo toma por base uma estimativa de perda do participante devido ao descumprimento com suas obrigações financeiras devido à falta de liquidez ou de quebra ou falha de seus sistemas. Cada participante após receber a sua classificação de risco (associada a uma probabilidade de default) tem o valor de garantia calculado a partir da multiplicação da probabilidade de default pelo seu volume transacionado ativo dentro dos arranjos Elo.

Com base nessa metodologia, a Elo orienta os emissores e credenciadores a realizarem aportes de garantias complementares de forma a mitigar o risco de suas operações. Recorrentemente, a Companhia realiza o monitoramento dessa atividade e atualiza os montantes de garantias solicitadas aos parceiros.

As formas de garantia são:

**Titulos públicos federais (LFT - "Letras Financeiras do Tesouro")** alienados são mantidos por custodiante em conta em nome da Elo Serviços. A Companhia não tem o direito de realizar movimentações com essa LFT (trade), mas pode vendê-las em caso de inadimplência por parte do cliente sobre suas obrigações de liquidação (Default).

**Carta fiança**, contrato que uma Instituição Bancária passa a figurar como fiador garantido de forma irrevogável o pagamento do valor proposto. Garantindo a Companhia o cumprimento integral do contrato caso o Parceiro reste inadimplente.

**Seguro Fiança** (somente para emissores), apólice emitida pela Seguradora garantido de forma irrevogável o pagamento do valor proposto, em caso de acionamento por motivo de default.

A Companhia avalia rotineiramente a viabilidade de instituições financeiras que oferecem esse tipo de garantia.

Historicamente, não ocorreram eventos de inadimplência de liquidação, nem houve a necessidade de acionamento de garantias. No entanto, as obrigações futuras da Companhia, que podem ser materiais sob as suas garantias, não são determináveis, uma vez que dependem de eventos futuros.

A exposição de liquidação da Companhia é limitada ao número de transações de pagamento Elo não liquidadas em qualquer momento. A Companhia mantém e revisa regularmente políticas e procedimentos globais de risco de liquidação para administrar a exposição de liquidação, que pode exigir que os clientes forneçam uma garantia adicional caso certos padrões de crédito não sejam atendidos.

A posição das Garantias citadas está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Titulos do Tesouro (LFT)	136.116	98.061
Carta Fiança	267.404	131.245
Garantias	403.520	229.306

25.1.3 Risco de Mercado

(i) **Risco cambial**  
O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da Companhia.

Embora a operação global da Companhia seja pouco representativa, a Elo está exposta ao risco cambial resultante de exposições a algumas moedas, basicamente o dólar americano.

A Companhia faz algumas transações em moeda estrangeira, reflexo das transações realizadas por portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no exterior. A transação efetuada entre o portador do cartão é convertida para moeda nacional na data da compra, porém as contas a pagar do banco emissor a bandeira é feita em moeda estrangeira. A Elo possui suas contas a receber dos Bancos Emissores e suas contas a pagar aos estabelecimentos em dólar, com o mesmo fluxo de recebimento e pagamento.

Análise de sensibilidade

A administração acredita que a exposição ao risco cambial da Companhia não teria efeito material nas suas demonstrações financeiras, uma vez que as transações nacionais representaram 99% para o período de doze meses findos em 31 de dezembro 2024.

(ii) **Risco de juros**

A demonstração de receita financeira da Companhia está sujeita a alterações decorrentes de depósitos bancários que rendem juros contratados a taxas de juros de mercado flutuantes.

A Companhia investe seu caixa em instituições financeiras de primeira linha e opera com instrumentos financeiros dentro dos limites estabelecidos pela política de aplicação, que consiste em aplicações em fundos de investimento de renda fixa administrados por bancos acionistas (Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal) ou em CDB (Certificado de Depósito Bancário) pós-fixados, também emitidos por bancos de acionistas, à taxa do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) com carência de até 365 dias corridos.

Análise de sensibilidade

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado decorre principalmente das aplicações financeiras e está sujeita à variação do CDI. Para tanto, foi desenvolvida uma análise de sensibilidade considerando a exposição à variação do CDI, indexador das linhas de aplicações financeiras da Companhia.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi utilizado um cenário de 12,15% do CDI conforme taxa divulgada pela B3 (Brasil Bolsa Balcão). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi utilizado um cenário de 11,65% conforme taxa divulgada pela B3 (Brasil Bolsa Balcão).

A seguir, demonstramos os cenários e a projeção de ganho/perda a ser reconhecido no resultado do exercício subsequente, supondo que a exposição ocorra:

- Cenário I: aumento de 50% na variável de risco.
- Cenário II: aumento de 25% na variável de risco.
- Cenário III: redução de 25% na variável de risco.
- Cenário IV: redução de 50% na variável de risco.

	Risco	Cenários em 2024			
		I	II	III	IV
		Aumento 50%	Aumento 25%	Queda 25%	Queda 50%
Receita Financeira	Aumento/Queda do CDI	122.807	184.211	153.509	92.105
Efeito		122.807	184.211	153.509	92.105

	Risco	Cenários em 2023			
		I	II	III	IV
		Aumento 50%	Aumento 25%	Queda 25%	Queda 50%
Receita Financeira	Aumento/Queda do CDI	56.901	85.351	71.126	42.676
Efeito		56.901	85.351	71.126	42.676

(iii) **Risco operacional**

A Companhia mantém uma metodologia estruturada de análise e controle de riscos, identificando e classificando os riscos estratégicos, operacionais, financeiros, regulatórios, entre outros, para os quais desenvolveu um mapa de riscos e uma estrutura de sistema de controle com base na frequência e extensão de cada risco identificado.

- É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes dos seguintes eventos:
  - falhas na proteção e na segurança de dados sensíveis relacionados tanto às credenciais dos usuários finais quanto a outras informações trocadas com o objetivo de efetuar transações de pagamento;
  - falhas na identificação e autenticação do usuário final;
  - falhas na autorização das transações de pagamento;
  - fraudes internas;
  - fraudes externas;
  - demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
  - práticas inadequadas relativas a usuários finais, produtos e serviços de pagamento;
  - danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Companhia;
  - ocorrências que acarretem a interrupção das atividades da instituição de pagamento ou a descontinuidade dos serviços de pagamento prestados;
  - falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
  - falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades.

25.2 Estimativa de valor justo

O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por um departamento independente do tomador de risco.

Segundo o IFRS13/CPC 46, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que refita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

- Nível 1:** o valor justo dos ativos negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.
- Nível 2:** o valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, certificado de depósito bancário) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.
- Nível 3:** se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3.

25.2.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. Os demais ativos financeiros são mensurados ao valor justo, que é igual ao valor contábil.

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação:

	2024			2023		
	Valor Contábil	Valor Justo	Nível	Valor Contábil	Valor Justo	Nível

Ativos Financeiros

Caixa e equivalentes de caixa - Fundos de investimentos	900.006	900.006	2	330.
---	---------	---------	---	------